

ARTIGO ORIGINAL

FINANCIAMENTO AGRÍCOLA: IMPORTÂNCIA PARA O CRESCIMENTO ECONÔMICO DA REGIÃO DA QUARTA COLÔNIA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ORIGINAL ARTICLE

AGRICULTURAL FINANCING: IMPORTANCE FOR THE ECONOMIC GROWTH OF THE QUARTA COLÔNIA REGION IN THE STATE OF RIO GRANDE DO SUL

Thiago Simonetti Rossato¹
Patrinês Aparecida França Zonatto²
Scheila Daiana Severo Hollveg³
Lissandro Dorneles Dalla Nora⁴
Universidade Franciscana – UFN, Brasil

RESUMO

O agro nunca esteve tão em evidência pela população e os meios de comunicação como nos últimos anos, assim, o presente estudo tem por objetivo analisar a relação entre os montantes concedidos pelos financiamentos agrícolas em especial o PRONAF e o PIB regional, verificando assim a importância do crédito no crescimento econômico da Quarta Colônia. O financiamento rural é muito utilizado entre os indivíduos da agricultura familiar e grandes lavoureiros. O presente estudo focou seus dados nos volumes financiados na região da quarta colônia no período de 2013 a 2019 mostrando suas movimentações, disponibilizados pelo Banco Central do Brasil, também verificou-se a evolução histórica de 2013 a 2019 dos dados do PIB da região disponibilizados no site do IBGE. Para estruturar o presente trabalho foi realizado um estudo de cunho exploratório, fazendo-se uso do método quantitativo, através de informações tomadas nos sites oficiais do governo, sites de cunho agrícola, revistas, livros, artigos, teses e demais dados disponíveis referentes as cidades da região central do RS. A pesquisa atendeu as expectativas do estudo, concluiu que há uma harmonia entre os volumes de financiamento rural e o PIB das cidades.

Palavras-chave: Quarta Colônia; Financiamento agrícola; Pronaf.

ABSTRACT

The agro has never been so in evidence by the population and the media as in recent years, thus, this study aims to analyze the relationship between the amounts granted by agricultural financing, especially PRONAF, and the regional GDP, thus verifying the importance of credit in the economic growth of the Fourth Colony. Rural financing is widely used among family farming individuals and large farmers. The present study focused its data on the volumes financed in the region of the fourth colony in the period from 2013 to 2019 showing its movements, made available by the Central Bank of Brazil, it was also verified the historical evolution from 2013 to 2019 of the GDP data of the region made available on the IBGE website. To structure the present work, an exploratory study was carried out, making use of the quantitative method, through information taken from official government websites, agricultural websites, magazines, books, articles, theses and other available data referring to the cities of the central region of RS. The research met the expectations of the study, concluding that there is a harmony between the volumes of rural financing and the GDP of the cities.

Keywords: Fourth Colony; Agricultural financing; Pronaf.

¹ Bacharel em Administração pela UFN. E-mail: thiago-rossato@hotmail.com.

² Doutora em Administração pela UNIVALI. E-mail: patrineszonatto@gmail.com.

³ Mestre em Engenharia de Produção pela UFSM. E-mail: scheilahollveg@hotmail.com.

⁴ Doutor em Nanociências pela UFN. E-mail: lissandro@ufn.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é visto como um grande produtor de alimentos no mundo, suas vertentes históricas mostram que desde os primórdios já existiam regiões, comunidades de povos que sobreviviam do meio agrícola, caracterizando uma agricultura de subsistência. Ao longo dos anos a população aumentou e com ela a demanda de alimentos, em especial os de origem agrícola fazendo com que pequenas, medias e grandes propriedades rurais se estruturassem aumentando a suas produtividades.

A agricultura, segundo Crepaldi (1998, p.21), “representa toda a atividade de exploração da terra, seja ela o cultivo de lavouras e florestas ou a criação de animais, com vistas à obtenção de produtos que venham satisfazer às necessidades humanas”.

Hoje no Brasil, observa-se dois segmentos em destaque relativos à agricultura, o agronegócio, representado pelas grandes propriedades agrícolas voltadas a exportação e produção de *commodities* e as médias e pequenas propriedades destinadas a produção de alimentos das famílias como forma de comercio local.

Faz-se necessário ressaltar que o pequeno e médio produtor gira grande parte da roda da economia da seguinte forma, o recurso financeiro que lhe é concedido faz com que o mesmo compre insumos, produtos, maquinários, equipamentos, movimentando assim toda uma estrutura por traz da atividade que se beneficia tanto na venda, analise e pesquisa em tecnologias, fazendo que o meio urbano também se beneficie. Segundo Wanderley (2009), a agricultura familiar é responsável pela produção de quase 70% dos alimentos básicos consumidos pelos brasileiros, sendo importante para o desenvolvimento os municípios em geral, evitando e/ou diminuindo o êxodo rural.

O presente trabalho focou no estudo dos pequenos e médios produtores que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e, que em função de possuir menor capital financeiro próprio, buscam junto ao governo incentivos fiscais e subsídios para alavancar seus negócios. Ainda segundo Wanderley (2009), a agricultura familiar é a atividade praticada pela família

que ao mesmo tempo é proprietária dos meios de produção e também trabalha no local produtivo.

Nesta linha, estudo teve como foco de análise a identificação e importância do financiamento agrícola na região conhecida como Quarta Colônia no Rio Grande do Sul, no tocante de seu impacto no crescimento econômico. Segundo Schumpeter, os recursos concedidos são de grande importância, “através do crédito, os empresários obtêm acesso à corrente social dos bens antes que tenham adquirido o direito normal a ela” (SCHUMPETER, 1997, p. 74).

Tendo em vista o tema relacionado a financiamento agrícola, a presente pesquisa tem como problemática responder a seguinte questão: Qual a influência do financiamento agrícola no crescimento econômico na região da Quarta Colônia de imigração italiana do Rio Grande do Sul, entre os anos de 2002 e 2018?

Visando responder a problemática levantada, a presente pesquisa objetivou analisar a relação entre os montantes concedidos pelos financiamentos agrícolas em especial o PRONAF e o PIB regional, verificando assim a importância do crédito no crescimento econômico da Quarta Colônia. Ainda, descrever o processo de financiamento agrícola; verificar os volumes de financiamento agrícola utilizado na Quarta Colônia e analisar os possíveis vínculos dos volumes financiados frente as taxas de crescimento do PIB regional.

Os estudos referentes ao financiamento agrícola são de grande importância, seja na interpretação de qual sua finalidade até mesmo o impacto que os impõem na região. Neste âmbito pretende-se abordar os conceitos, características, finalidades e um histórico dos recursos já distribuídos anteriormente, de forma que possa ser interpretado facilmente pelos leitores e assim identificar a importância do tema.

Segundo o Boletim do Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações do Crédito Rural e do Proagro (DEROP) de Crédito Rural e do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), disponibilizado referente ao mês de junho de 2019, o total de crédito rural contratado no ano agrícola 2018/2019 foi de R\$175,4 bilhões, saldo de 3,5% maior que o contratado no ano agrícola anterior 2017/2018. Os recursos desprendidos para a agropecuária familiar foram de R\$23,4 bilhões, saldo de 9,3% maiores que os do período agrícola anterior. Já os recursos concedidos à agropecuária empresarial foram de R\$152,0

bilhões, total de 2,7% maiores que os do ano agrícola anterior. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019a).

O estudo está estruturado em como se desenvolveu a história dos colonizadores da região da Quarta Colônia, seguindo se discutiu sobre os Programas de Financiamento Agrícola, custodiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), após sequenciou sobre o Pronaf e suas linhas de financiamento, concluindo com um estudo comparativo entre valores disponibilizados pelo Pronaf e o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) regional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este estudo teve como base a análise do mercado agrícola como ferramenta de aprendizagem na área financeira, visando prestar informações na compreensão dos meios de financiamentos agrícolas. Neste sentido e com objetivo de ter um melhor entendimento do assunto trabalhado tomou por base de quatro temas relevantes; crescimento econômico, financiamento agrícola e suas modalidades e relação entre Pronaf e PIB.

2.1 BREVE HISTÓRICO REGIONAL

O Estado do Rio Grande do Sul teve sua povoação muito miscigenada, onde inicialmente os índios eram os povos que aqui tiravam seu sustento e da terra viviam. Logo chegaram os portugueses e espanhóis para dividir tamanhas extensões de terra. Segundo Luvizotto (2009), as ocupações iniciais no Rio Grande do Sul começaram antes da vinda dos portugueses ao território Sul. Naquele momento a região era vista como uma “terra de ninguém” e era povoada por índios. A região desempenhava papéis muito importantes desde o início das ocupações, o interesse era garantir presença dos portugueses nas colônias já habitadas por espanhóis e fornecer alimentos para as demais regiões do Brasil.

Mas especificamente na região da Quarta Colônia, a colonização foi de Imigração Italiana que segundo Manfio e Benaduce (2017), teve início a partir de 1877, com a vinda de imigrantes italianos.

Com o passar dos anos as famílias que antes viviam no meio rural começaram a migrar para os grandes centros, com o avanço da industrialização houve o desenvolvimento dos meios urbanos assim gerando grande número de empregos. A diminuição da pequena propriedade no meio rural, identificada especialmente a partir dos anos 1960, contribuiu para desenvolvimento dos grandes centros urbanos por meio do que se chamou de êxodo rural, assim houve a preocupação com a quantidade de alimentos disponíveis na cidade, fazendo assim o governo ter um novo olhar para o setor agrícola (GONÇALVES, 2001).

Conforme o censo demográfico de 2000,

81,22% da população brasileira reside na zona urbana. Esse processo de concentração populacional tem suas raízes nos anos de 1960 e 1970: De acordo com os censos do IBGE, na década de 1930 cerca de 13 milhões de pessoas trocaram o campo pela cidade (GONÇALVES, 2001, p. 174).

Devido altas demandas de alimento para as pessoas e matéria-prima para as indústrias, o governo identificou a necessidade de apoiar o setor agrícola, constituindo linhas de financiamento para compra de insumos, aquisição de equipamentos e máquinas agrícolas. Assim criou-se o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) que se encontra no conjunto da estrutura do sistema financeiro na economia brasileira.

Segundo Tavares (1978, p.136) "(...) a expansão e a sustentação do crescimento exigiram que o sistema financeiro efetivamente desenvolvesse novas formas de criação de crédito e intermediação financeira correspondentes ao grau de desenvolvimento já alcançado". Desta forma, o trabalho terá grau de análise nas linhas de créditos agrícolas disponibilizadas pelo governo e mais especificamente o detalhamento do Pronaf como sendo a linha de crédito mais popular.

Os imigrantes italianos que migraram do norte da Itália para o Brasil em específico para o Rio Grande do Sul, eram formados por agricultores os quais escolheram a região para trabalhar em lotes de terra:

De fato, a característica essencial da imigração no sul do Brasil foi seu destino profissional praticamente unívoco: embora não faltassem indivíduos que, não tendo direito à terra, exerciam atividades artesanais, 95% se dedicavam à agricultura (TRENTO, 1988, p97).

Segundo Santos e Zanini (2009, p. 32), “a colônia Silveira Martins foi desmembrada e extinta em 1888 e seu território dividido entre os municípios de Júlio de Castilhos, Santa Maria e Cachoeira do Sul”.

Para Manfio e Benaduce (2017), após o desmembramento a área da Colônia Silveira Martins originaram-se os atuais municípios de Silveira Martins, São João do Polêsine, Faxinal do Soturno, Dona Francisca, Ivorá, Nova Palma e Pinhal Grande que denominaram a Região da Quarta Colônia. As famílias ali formadas eram numerosas e os filhos se criavam trabalhando com os pais nas lavouras, onde se plantavam os produtos para consumo próprio e também utilizado como instrumento de troca.

Os imigrantes vindos da Itália construíram na Quarta Colônia suas histórias e conhecimentos, trazendo suas experiências e anseios para construção de um território novo. Para Reis (1998), as experiências humanas reforçam a identidade de um povo, se mostram nas paisagens, nos lugares. Com a criação de seus pequenos povoados, as moradas dos italianos na Quarta Colônia eram casarões enormes, geralmente de dois pisos para proteger suas famílias numerosas e os alimentos que eram produzidos, onde muitas vezes os porões serviam de abrigo para os animais nos invernos rigorosos. Segundo Manfio (2012), as casas eram feitas de pedras ou madeira, com telhados inclinados, com várias portas e janelas, com porões muito grandes e cantinas que abrigavam os alimentos e o vinho.

As cidades integrantes da região da Quarta Colônia possuem uma população estimada de aproximadamente vinte e oito mil habitantes segundo último censo do IBGE de 2010, onde a cidade de Ivorá possui 2156 habitantes, cidade de Nova Palma com um total de 6342 habitantes, Faxinal do Soturno com 6672 habitantes, Silveira Martins com um total de 2449 habitantes, São João do Polêsine com 2635 habitantes, a cidade de Dona Francisca possui 3401 habitantes e a cidade de Pinhal Grande com um total de 4471 habitantes (IBGE, 2010).

Manfio (2012) discorre que estas cidades possuíam um forte apelo religioso, imigrantes de origem católica tiveram na fé a base para ir além das dificuldades enfrentadas, atualmente as novas gerações guardam os conhecimentos e ensinamentos religiosos que sevem de alicerce para o desenvolvimento da vida.

2.2 CRESCIMENTO ECONÔMICO

O Brasil é um dos principais fornecedores de produtos em um mundo que cada vez mais demanda alimento. A previsão de produção de alimentos para os próximos anos é superior a quantidade já produzida para alimentar a população atual sendo a mesma quantidade de alimentos produzida dos estágios iniciais da civilização até hoje, estimasse que tal proporção se dê a menos de 50 anos (POTTER, 2009)

Para Harrod (1939), o modelo de crescimento econômico é a dependência principal de quantidade de emprego e capital, utilizando as variáveis de poupança e produtividade do capital. A movimentação e demandas dos produtores rurais estão atreladas a estas duas variáveis, girando capital e desenvolvimento do meio agrícola para o meio urbano.

Bresser (2008) discorre sobre duas correntes de crescimento econômico no Brasil, sendo: a primeira o foco é na acumulação de capital e a segunda direciona na formação do capital humano, no desenvolvimento de conhecimento e criação de novas tecnologias.

O crescimento econômico possui uma boa parcela na agricultura familiar, que depende de esforços e entrega boa parte da alimentação básica para a população, segundo Schneider (1999, p. 133),

os agricultores familiares, mesmo com todos os problemas que a agricultura tem de ordem conjuntural e estrutural, têm o maior interesse em continuar na unidade agrícola com seu grupo familiar, produzindo alimentos para o consumo [...].

A agricultura familiar tem dinâmica e características distintas em comparação à agricultura não familiar. Nela, a gestão da propriedade é compartilhada pela família e a atividade produtiva agropecuária é a principal fonte geradora de renda (BRASIL, 2019).

Segundo Wanderley (2009), o desenvolvimento das famílias e suas atividades agrícolas, desde que na mesma localidade rural, é considerado agricultura familiar a

qual possui uma responsabilidade pela maior parte da produção de alimentos sendo que entrega mantimentos básicos consumidos pelos brasileiros.

Segundo Maluf (2001, p. 147), a alimentação básica produzida pela agricultura familiar é uma questão de segurança, onde é dito:

[...] segurança alimentar significa garantir, a todos, condições de acesso a alimentos básicos de qualidade em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades básicas, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo, assim, para uma existência digna num contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana.

Complementando a importância do setor agrícola, Mello (1988, p. 42), informa que “os pequenos agricultores são exatamente aqueles que produzem a maior parte dos nossos alimentos”. Esses indicadores demonstram cada vez mais a importância deste povo, para que permanecem nas propriedades rurais, assim desenvolvendo suas atividades e tendo acesso aos benefícios e incentivos concedidos pelas políticas públicas, desta forma possibilitando alternativas para comercialização dos produtos com preços mais justos.

2.3 FINANCIAMENTO AGRÍCOLA

O crédito é um instrumento importante numa economia capitalista, pois ao facilitar o ato de investir, permite a transformação do desenvolvimento do empresário em realidade objetiva de investimento, assim colocando em prática os objetivos (CARVALHO, 2005).

A disponibilização e distribuição de crédito opera segundo Schumpeter (1999, p.74):

[...] como uma ordem para o sistema econômico se acomodar aos propósitos do empresário, como um comando sobre os bens de que necessita: significa confiar as forças produtivas. É só assim que o desenvolvimento econômico poderia surgir a partir do mero fluxo circular em equilíbrio perfeito. E essa função constitui a pedra angular para a moderna estrutura de crédito.

Cabe ao SNCR conduzir os financiamentos, sob as diretrizes da política creditícia formulada pelo Conselho Monetário Nacional, em consonância com a política de desenvolvimento agropecuário. A instituição financeira é responsável pela fiscalização das operações de crédito rural (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019, MCR).

Ao abordar o setor rural, Levine (1997) justifica que o sistema financeiro tem influências positivas sobre o crescimento econômico nas propriedades, seja dada pela acumulação de capital e a inovação tecnológica. O setor financeiro tem papel importantíssimo nesse processo seja na distribuição de recursos até mesmo na execução de carteiras de investimentos.

Já Spolador (2001) informa que existem características que dificultam o crédito para a agricultura, sejam custos de transações, volatilidade nos preços dos produtos e principalmente riscos climáticos.

Segundo material disponibilizado pelo BNDES (PRONAF, 2017, p2), a agricultura familiar é econômica, vem dela 38% do valor bruto da produção agropecuária e o setor responde por sete em cada dez postos de trabalho no campo. A agricultura familiar é produtiva, pois é responsável pela produção de mais de 50% dos alimentos da cesta básica brasileira, sendo um importante instrumento de controle da inflação.

O financiamento destinado aos representantes da agricultura familiar foi criado a partir de 1996, uma linha chamada Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, com o intuito de “promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda” (BRASIL, 2005, p1).

2.4 PRONAF

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas. Os créditos ainda podem ser concedidos de forma coletiva, sendo considerado crédito coletivo quando formalizado por grupo de produtores para finalidades coletivas (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019, MCR).

No decorrer dos anos, o programa procurou dar ênfase ao “desenvolvimento sustentável” dos beneficiários o que lhes aumentou a capacidade produtiva, gerando

renda e emprego, conseqüentemente a formação de agricultores e técnicos, mas tão importante quanto conceder crédito é a integração das políticas, seja as organizações econômicas privadas e organizações de diferentes esferas do governo (PRONAF 2002).

Estudos mostram que mesmo o PRONAF sendo um programa de distribuição de recursos para a agricultura familiar, observa-se uma concentração destes. Mattei (2005) discorre sobre a centralização de recursos em determinadas regiões geográficas do país, onde quase 50% dos recursos do programa destinavam-se a região sul e a região que menos participava da demanda de recursos é a norte com aproximadamente 3%.

2.4.1 Finalidade

O PRONAF tem como finalidade sanar as despesas causadas no momento produtivo da lavoura, favorecendo a entrada de recursos na propriedade com juros baixos sem ter que descapitalizar o produtor rural. Os recursos são demandados para compra de insumos até mesmo a preparação do solo para receber a semente e após para o processo de colheita (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019, Manual de Crédito Rural (MCR)).

Os créditos podem ser destinados para custeio, investimento, industrialização ou integralização de cotas-partes pelos beneficiários nas cooperativas de produção agropecuária. Os mais utilizados e que possui maior volume de negociações são: Os créditos de custeio se destinam a financiar atividades agropecuárias e não agropecuárias de acordo com projeto específico.

Os créditos de investimento se destinam a financiar atividades agropecuárias ou não- agropecuárias, para implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas. Os créditos de industrialização se destinam a financiar atividades agropecuárias, da produção própria ou de terceiros enquadrados no Pronaf, de acordo com projetos específicos ou propostas de financiamento (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019, MCR).

2.4.2 Tomadores de Crédito

São beneficiários do Pronaf os agricultores e produtores rurais que compõem as unidades familiares de produção rural e que comprovem seu enquadramento mediante apresentação da “Declaração de Aptidão ao Pronaf” (DAP) ativa, explorando frações de terras próprias, arrendadas, em comodato, posseiras, concessionárias ou permissionárias, desde que não extrapolem quatro módulos fiscais, contínuos ou não (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019, MCR). Para tanto, os tomadores de crédito rural receberão o recurso diretamente de uma só vez ou também em parcelas em conta de depósitos ou em caixa.

2.4.3 Linhas

Considera-se crédito rural o suprimento de recursos financeiros, por instituições do Sistema Nacional de Crédito Rural, tais instituições destinam recursos para estimular os investimentos rurais para produção, armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuado pelo produtor na sua propriedade rural, por suas cooperativas ou por pessoa física ou jurídica equiparada aos produtores. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019, MCR). A seguir é apresentado as linhas de financiamento mais usuais, as quais tem maior absorção de recursos.

Pronaf Mais Alimentos é o financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, para investimento em sua estrutura de produção e serviços, visando ao aumento de produtividade e à elevação da renda da família (BNDES, 2019a). Segundo MCR, o recurso será concedido mediante apresentação de projeto técnico ou proposta simplificada que é critério da instituição financeira. Os créditos de investimento se destinam a promover o progresso da produção e da produtividade e a diminuição dos custos de produção, visando a aumento da renda da família produtora rural, assim, restritos ao financiamento de itens diretamente relacionados com a implantação, ampliação ou modernização da estrutura das atividades de produção, de armazenagem, de transporte ou de serviços agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas

comunitárias rurais próximas, sendo também passível de financiamento a construção ou reforma de moradias no imóvel rural e a aquisição de equipamentos e de programas de informática voltados para melhoria da gestão dos empreendimentos rurais, de acordo com projetos técnicos específicos (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019, MCR).

Pronaf Agroindústria é o financiamento para agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas e jurídicas e a cooperativas para investimento em beneficiamento, armazenagem, processamento e comercialização agrícola, extrativista, artesanal e de produtos florestais; e para apoio à exploração de turismo rural (BNDES, 2019b).

Possui como finalidades segundo o MCR, o custeio de beneficiamento e industrialização da produção, inclusive aquisição de embalagens, rótulos, condimentos, conservantes, adoçantes e outros insumos, formação de estoques de insumos, formação de estoques de matéria-prima, formação de estoque de produto final e serviços de apoio à comercialização, financiamento da armazenagem, conservação de produtos para venda futura em melhores condições de mercado e a aquisição de insumos pela cooperativa de produção de agricultores familiares para fornecimento aos cooperados (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019, MCR).

Pronaf Mulher é o financiamento à mulher agricultora integrante de unidade familiar de produção enquadrada no Pronaf, independentemente do estado civil (BNDES, 2019c).

O Financiamento disponível ao grupo feminino é um facilitador visto em alguns casos a mulher ser integrante individual no grupo familiar ou até mesmo com inserção de filhos na família. Para este financiamento é destinado às mulheres o recurso de até R\$30.000,00. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019, MCR).

Pronaf Jovem é o financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, para investimento nas atividades de produção, desde que beneficiários sejam maiores de 16 anos e menores de 29 anos além da apresentação de Declaração de Aptidão ao Pronaf ativa. (BNDES, 2019d). Outra demanda necessária para o enquadramento nesta linha de financiamento é que o jovem tenha concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância ou tenham concluído ou estejam cursando o último ano em escolas técnicas agrícolas de nível médio ou, ainda, há mais de um

ano, curso de ciências agrárias ou veterinária em instituição de ensino superior, que atendam à legislação em vigor para instituições de ensino (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019, MCR). Para a demanda de recursos do Pronaf jovem o limite disponível por beneficiário é de até R\$16.500,00 com prazo de reembolso de até dez anos, possibilitando três anos de carência dentro do período maior que é dez anos.

Portanto, para cada tipo de linha exige uma série de dados que o agricultor deva informar e disponibilizar a instituição financeira concessora do crédito para que o mesmo possa se enquadrar, assim, podendo se beneficiar das taxas e volumes disponíveis pelo BNDES.

3 METODOLOGIA

O estudo teve importância na identificação da relação entre o financiamento agrícola e o PIB regional, verificando a influência do PRONAF no crescimento econômico da Quarta Colônia. Desta forma, foi realizada uma pesquisa de cunho exploratório, fazendo-se uso dos métodos qualitativo, quantitativo, através de informações tomadas nos sites oficiais do governo, sites de cunho agrícola, revistas, livros, artigos, teses e demais dados disponíveis referente as cidades da região central do RS.

O processo foi subdividido em três partes: pesquisa de dados, coleta de dados e tratamento dos dados. A pesquisa foi de natureza qualitativa e quantitativa, de objetivo exploratória do tipo descritivo. Para tal foi utilizado aplicação de ferramentas estatísticas para análise descritiva. Foi delimitada a coleta de dados da Região da Quarta Colônia, considerando as cidades de Ivorá, Nova Palma, Faxinal do Soturno, Silveira Martins, São João do Polêsine, Dona Francisca e a cidade de Pinhal Grande, o alvo da pesquisa será o volume negociado de crédito rural e os números do PIB nas cidades apresentadas acima.

3.2 CLASSIFICAÇÃO

Para se desenvolver uma pesquisa, é indispensável selecionar o método de pesquisa a utilizar. De acordo com as características do estudo, puderam ser escolhidas diferentes modalidades de pesquisa, sendo possível aliar o qualitativo ao

quantitativo. A estudo se embasou em estudos quantitativos, onde foram absorvidos dados e informações referentes aos montantes de crédito rural financiados e também os números referentes ao PIB das cidades englobadas na pesquisa, de uma maneira mais abrangente, procurar observar ligação entre os recursos demandados pelas propriedades rurais e o desenvolvimento das cidades.

Esclarece Fonseca (2002, p. 20):

Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente.

O estudo teve também a natureza qualitativa, segundo Bogdan e Biklen (2003), o conceito de pesquisa qualitativa envolve cinco características básicas que configuram este tipo de estudo: ambiente natural, dados descritivos, preocupação com o processo, preocupação com o significado e processo de análise indutivo.

Minayo (2008) esclarece que o processo de compreensão, no campo da pesquisa qualitativa principalmente, começa com o exercício da negação (as palavras ou discursos dizem muito mais do que está escrito). Aplicando a esta afirmativa uma proposição dialética, a autora esclarece que existem múltiplas possibilidades de interpretação e compreensão.

Quanto aos objetivos da pesquisa, realizou-se um estudo de caráter exploratório. Lakatos e Marconi (2001) consideram que existem, basicamente, três tipos de pesquisa cujos objetivos são diferentes: pesquisa exploratória, descritiva e experimental. Gil (1999) considera que a pesquisa exploratória tem como objetivo principal desenvolver, aumentar, esclarecer e ajustar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.

3.3 PLANO DE COLETA DOS DADOS

Os instrumentos usados na coleta de dados são tão fundamentais quanto o próprio resultado do trabalho. Foram utilizados dados disponíveis no site oficial do Banco Central, site do IBGE e outros sites governamentais como do Estado do Rio Grande do Sul, do BNDES e da Embrapa. O campo de aplicação foi a Região Central do Rio Grande do Sul na Cidade da Quarta Colônia. Foram observados dados referentes aos montantes de recursos disponibilizados de financiamento agrícola, informações de crescimento das cidades e demais pontos que complementarão o objetivo geral. Os documentos extraídos dos sites são no formato de planilhas em Excel e posteriormente garimpadas informações pertinentes ao estudo.

3.4 PLANO DE ANÁLISE DOS DADOS

Observa-se que a Internet se mostrou uma opção válida para a coleta de dados de uma pesquisa, como vantagens da utilização desse tipo de tecnologia podem ser apresentadas as seguintes: baixo custo, rapidez em todo o processo, com a obtenção de respostas. A melhor qualidade será na tabulação em Excel, o qual favorece a aplicação de gráficos que servem de esclarecimento visual de dados relevantes aos resultados encontrados.

E esses recursos tecnológicos serão empregados na elaboração, na aplicação e na análise dos resultados da pesquisa, disponibilizando, tabelas e relatórios de estudos comparativos.

No site do Banco Central foram coletados dados brutos referente aos empréstimos de custeios rurais, no território Brasileiro, após focando no estado do Rio Grande do Sul, e por fim regionalizando as cidades da quarta colônia: Ivorá, Nova Palma, Faxinal do Soturno, Silveira Martins, São João do Polêsine, Dona Francisca e a cidade de Pinhal Grande

Para a melhor apreciação das informações, foram utilizados valores nominais, onde seus cruzamentos entre volumes financiados de pecuária e agrícola, mais quantidades de contratos efetuados de pecuária e agrícola, traduziram gráficos com riquezas de informações e facilidade de entendimento, facilitando a interpretação,

inicialmente evoluções e decréscimos de crédito no período de 1995 a 2018, posteriormente volumes por cidade e sua evolução na região estudada, por fim a comparação com dados do PIB.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O processo de financiamento é bastante detalhado, existe a interação de vários grupos, os que possui maior atividade é o produtor rural o qual é considerado tomador de recurso, o agente financeiro que intermedia a demanda, regulamenta e fiscaliza o processo e por fim o órgão governamental por meio do BNDES que disponibiliza os recursos para cada instituição financeira.

O passo a passo de um crédito rural pode variar de uma instituição financeira (IF) para outra, porém todas devem possuir alguns procedimentos. O Produtor rural ao necessitar de um valor para financiar seu empreendimento agrícola, faz sua demanda a IF, que analisa a demanda efetua as consultas, interpreta as garantias e encaminha o produtor a um técnico agrícola, agrônomo ou pessoa apta a realizar o projeto contendo informações do produtor, da lavoura, datas de manejo e orientações, além do projeto, são necessários alguns documentos extras conforme valor do financiamento. Ao reunir a documentação o produtor entrega a IF seu projeto, o qual será inserido para apreciação e análise de crédito.

Após aprovado o crédito o recurso entra na conta do agricultor que fica responsável por efetuar os pagamentos aos fornecedores e pegando as notas referentes aos itens listados no projeto. Segundo o MCR (2020), a concessão de crédito rural subordina-se às seguintes exigências essenciais:

- a) idoneidade do tomador;
- b) apresentação de orçamento, plano ou projeto, salvo em operações de desconto;
- c) oportunidade, suficiência e adequação dos recursos;
- d) observância de cronograma de utilização e de reembolso;
- e) fiscalização pelo financiador;
- f) liberação do crédito diretamente aos agricultores ou por intermédio de suas associações formais ou informais, ou organizações cooperativas;

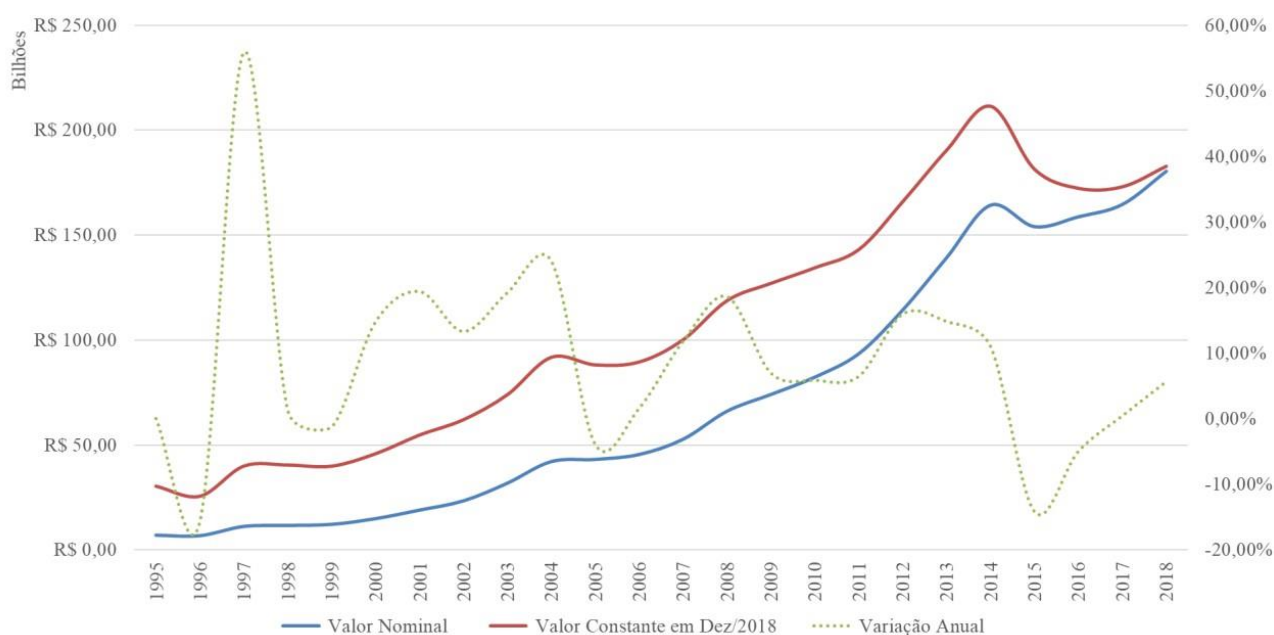
g) observância das recomendações e restrições do zoneamento agroecológico e do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE).

É obrigatória a apresentação das coordenadas geodésicas (CG) para as operações de crédito rural com valor acima de R\$10.000,00 (dez mil reais), referentes aos créditos de custeio e aos de investimento. Devem ser entregues, em meio físico ou eletrônico, juntamente com o orçamento, plano ou projeto relativo ao empreendimento e informadas no Sistema de Operações do Crédito Rural e do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro / Sicor). (MCR, 2020).

Em caso de seca e frustração de safra os financiamentos rurais que possuem o Proagro, poderão solicitar na instituição financeira a análise de seu empreendimento rural para que sejam avaliadas as perdas. O montante assegurado servirá para abatimento das custas da lavoura, assim diminuindo o valor a ser pago.

Na figura 01, identifica-se os volumes de custeio em valores nominais, valores constantes em dezembro de 2018 e sua variação anual, do período de 1995 a 2018, dispostos em grau de milhões de reais e percentuais.

Figura 01 – Evolução histórica de custeio e investimento no Estado do Rio Grande do Sul.



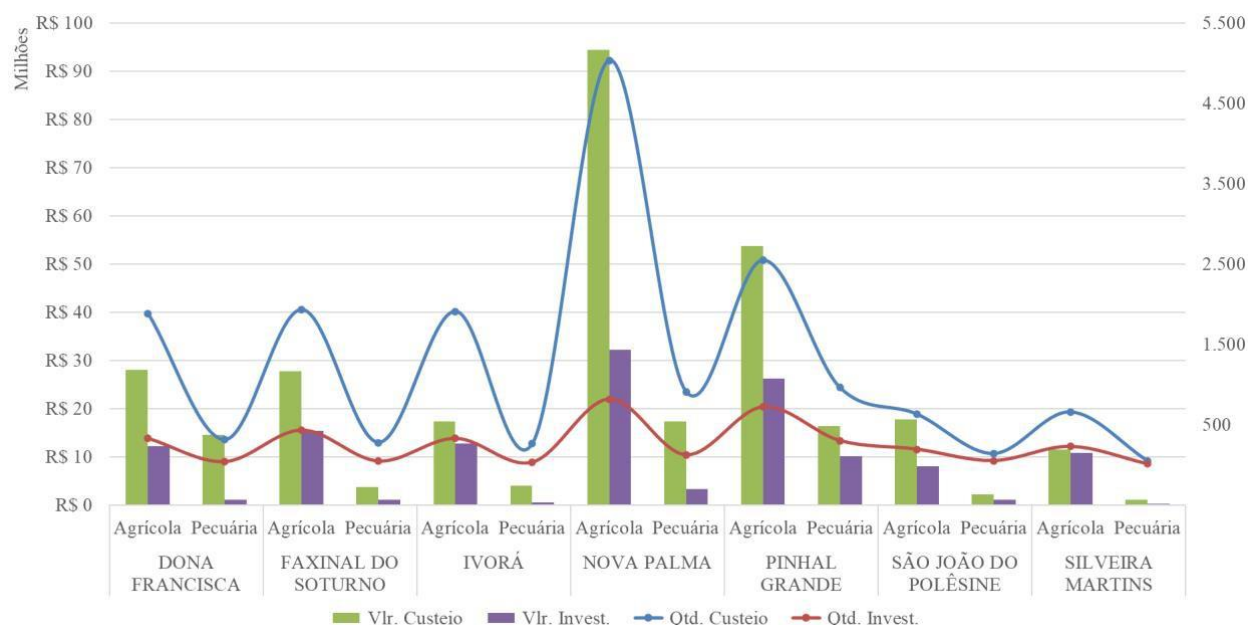
Fonte: Dados extraídos do Banco Central do Brasil

Ao analisar a evolução histórica dos valores de crédito rural do período de 1995 a 2018, dados estes disponíveis no site do Banco Central, foi identificado um crescimento significativo nos valores nominais, valores estes que tiveram seu registro no ano sem ajuste de inflação, o qual correspondem aos incentivos governamentais, atualizações de propriedade e expansão e aquisição de novos maquinários mais modernos.

No período de 1996 a 1997 foi identificado o maior pico de variação o qual pode-se atrelar por eventos que ocorreram no ano como a primeira clonagem de mamífero, ovelha Dolly, tal descoberta fomentou os negócios no meio rural, fazendo com que este elo econômico tivesse maior evidência e desenvolvimento de suas atividades. Também neste ano ocorreram outros acontecimentos que impactaram a economia Brasileira que automaticamente oscila todos os mecanismos de receita no país, são eles: Congresso nacional aprova emenda que autoriza reeleição para cargos do executivo; Ataque terrorista Embaixada japonesa no em Lima no Peru. Já nos demais anos até 2014 houve uma harmonia nos volumes financiados dando destaque para o crescimento do Brasil neste momento, onde demandas governamentais colocaram os bancos públicos para fortalecer o crédito e disponibilização aos deficitários.

Para o período de 2014 a 2015 observou-se uma queda significativa onde teve uma variação negativa. Neste momento o país estava passando por alterações políticas que vinham ao encontro dos dados expostos, com a desaceleração do PIB e altas taxas de desemprego (DIEESE, 2018). Na Figura 02, identificam-se dados de custeio e investimento na região da quarta colônia, estes estão dispostos em valor de custeio e investimento, quantidade de custeio e investimento e ainda dividido nas modalidades agrícola e pecuária, assim melhorando o entendimento.

Figura 02 – Dados de custeio e investimento na região da quarta colônia.



Fonte: Dados extraídos do Banco Central do Brasil

Após apreciação dos dados coletados referente aos volumes de custeio e investimentos agrícolas e pecuários nas cidades da quarta colônia conforme figura 02, identificou-se alguns pontos que chamam atenção. Destaque da cidade de Nova Palma que atinge o maior volume de recursos de custeio agrícola comparada com as demais cidades do grupo, chegando próxima de R\$95.000.000,00 de reais e também acompanhando o maior número de quantidade de custeios agrícola, assim visualizando que grande parte dos agricultores financiam suas lavouras em valores bastante semelhantes, lavoureiros de grande potencial, também salienta-se que nesta cidade há a inserção de uma cooperativa que influencia positivamente os agricultores assim gerando rendas mais elevadas a cidade.

A pequena cidade de Ivorá identifica a maior diferença entre quantidade de financiamentos e volume de recursos, assim destacando-se que é um município de agricultura familiar, onde praticamente toda os agricultores financiam suas lavouras, porém com valores de contratos baixos, representando o cenário agrícola na região.

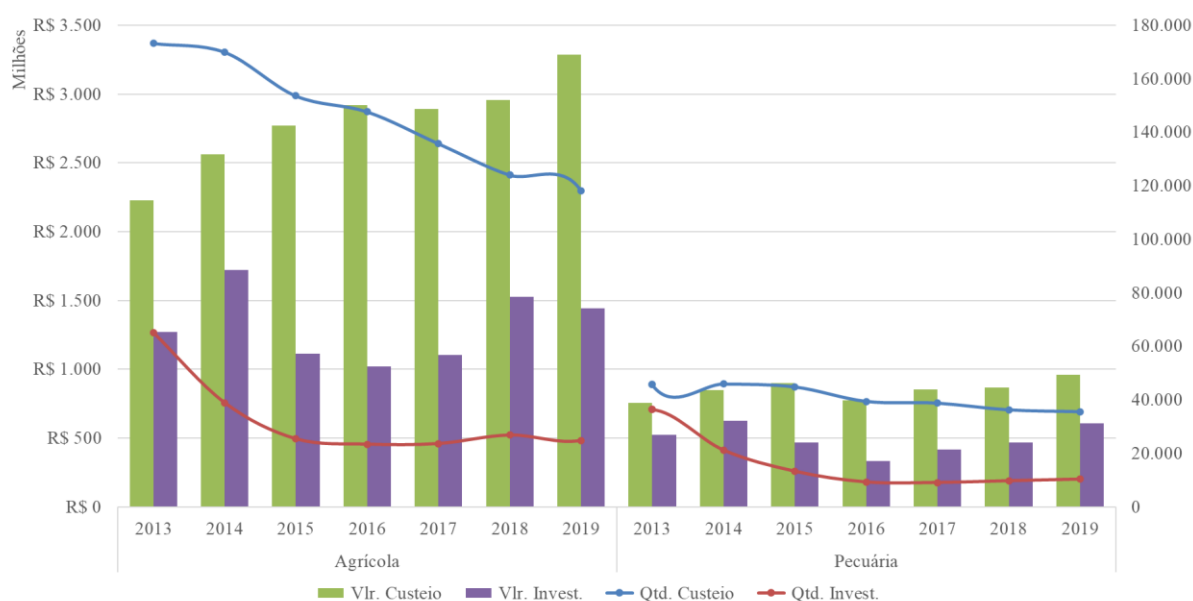
Já na cidade de Silveira Martins, observa-se a harmonia entre os valores financiados de custeio e investimentos no setor agrícola, mostrando um

melhoramento e atualização de seus implementos, bem como um fortalecimento nas pequenas propriedades com suporte para aumento de capacidade produtiva.

No setor pecuário não foram identificadas grandes mudanças e tendências, há uma semelhança nos volumes financiados entre as cidades, apenas um destaque para a cidade de Pinhal Grande que mantém uma harmonia entre os volumes de custeio e investimento pecuário. Observa-se que esta igualdade de valores se dá em função da região ser grande produtora de grãos focando menos a cultura animal.

A figura 03 mostra dados referentes a evolução história de recurso de 2013 a 2019 dos setores de agrícola e pecuária, subdivididos em custeios e investimentos com suas respectivas quantidades.

Figura 03 – Dados de custeio e investimento, evolução histórica



Fonte: Dados extraídos do Banco Central do Brasil

Conforme Figura 03, os dados apresentados correspondem a evolução do tempo referente os custeios e investimentos agrícola e pecuária na região da quarta colônia, os dados coletados correspondem ao período total disponibilizado pela matriz de dados do crédito rural na página do Banco Central do Brasil, o qual identifica-se uma evolução de valores financiados de custeio no setor agrícola no período de 2013 a 2019 ao mesmo tempo que ocorreu uma diminuição na

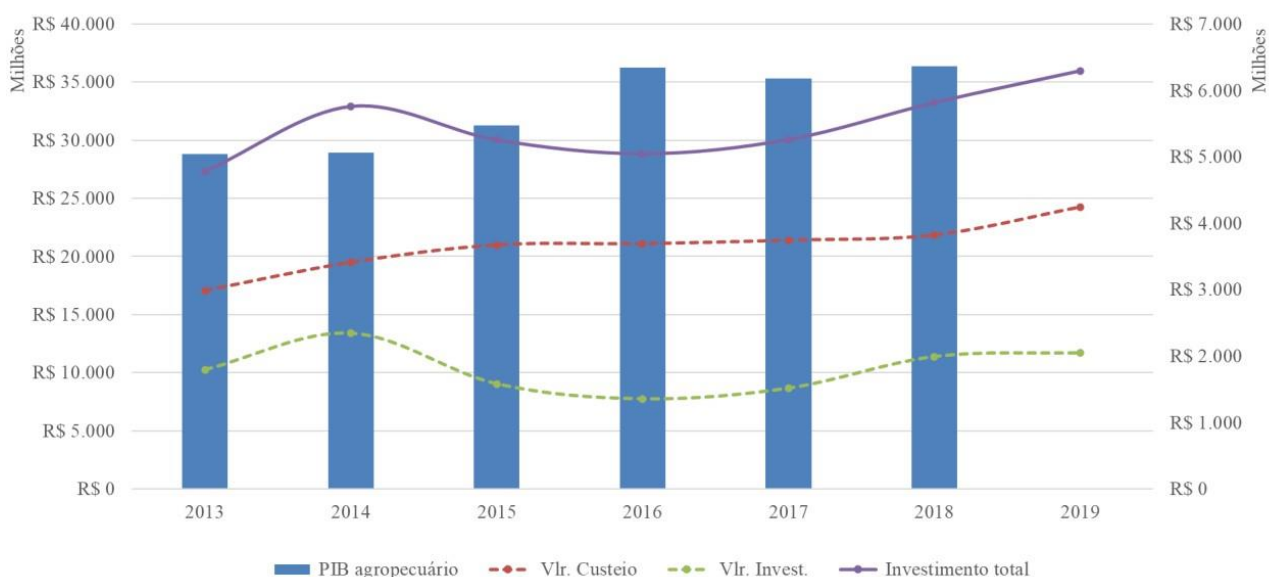
quantidade de contratos, concluindo que houve um incremento de valores nos contratos sendo que estes possam ter se apropriado de mais terras no passar dos anos.

Da mesma forma, ocorreu uma diminuição de contratos nos investimentos do setor agrícola, porém houve uma oscilação nos valores contratados, pode-se observar que em 2015 ocorreu uma queda significativa mantendo-se em 2016 e 2017, neste período ocorreu a reeleição do Governo Dilma e seu *impeachment*, podendo ser associado a crises governamentais e menor atenção ao setor.

No setor pecuário, o cenário é bastante parecido no sentido de que em 2016 houve uma queda nos volumes e contratos de custeio e investimentos, porém em menores proporções, mantendo-se uma certa harmonia dos dados. Observa-se também que há diminuição dos contratos, ocorrendo o fortalecimento produtores que possam ter adquirido mais terras para sua exploração. A partir de 2017 nota-se uma pequena evolução dos volumes financiados notando-se uma retomada da economia proveniente do campo.

Na Figura 04, temos os dados de custeio e investimentos do período de 2013 a 2019, comparando com os dados de PIB do período de 2013 a 2018, ambos dados em milhões de reais.

Figura 04 – Dados de custeio e investimento versus PIB



Fonte: Dados extraídos do Banco Central do Brasil e Portal do Estado do Rio Grande do Sul

Ao trabalhar dados referente ao PIB e efetuar comparações com os montantes de recursos financiados para o ramo agro, visualizou-se uma dependência, onde um dado interfere no outro, para tanto, quando há elevação de financiamento rural, há uma suba no PIB. De modo geral o comportamento do PIB agropecuário teve uma evolução do ano de 2013 na casa dos 28 milhões de reais, subindo em 2018 para a marca próxima dos 36 milhões de reais, ocorrendo apenas uma diminuição no ano de 2017 onde houve conflitos governamentais que instabilizaram o cenário econômico.

Ao ser comparado os dados, PIB versus financiamento Rural, identificou-se que quando há alguma oscilação ou ponto de atenção nos valores financiados no Agro, após um ano e meio a dois anos observa-se a mesma tendência no PIB. Com os dados apresentados, ocorreu uma evolução nos anos de 2013 a 2014 em ambos indicadores, para o ano de 2015 houve uma alta queda para os valores de investimentos, podendo ser atrelada a troca de governo até mesmo alteração das taxas de financiamentos, fazendo com que os produtores recuassem no momento de adquirirem novos implementos ou atualização dos mesmos.

Em 2019, o Produto Interno Bruto do Rio Grande do Sul, em valor nominal, foi de R\$ 480,577 bilhões. O PIB per capita foi de R\$ 42.246,52, o que representa um crescimento real de 1,5% em relação a 2018. Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (Seplag-RS) (2020). A queda no PIB ocorreu no período de 2017 após baixa dos investimentos em 2015 e 2016, assim existindo uma tendência. Quando utilizamos os valores totais de crédito rural, a evolução fica mais prática de entender, pois para valores de custeio não houve queda, assim podendo ser visualizada somente no montante geral.

5 CONCLUSÃO E APRECIÇÃO CRÍTICA

O estudo procurou expor a importância do crédito agrícola para a região e estado, focando nas informações de formalização, históricos de demanda e PIB, tais assuntos de grande relevância evidenciaram tamanha dependência de produtores rurais perante os financiamentos rurais, demonstrando a importância deste canal para o desenvolvimento de suas atividades.

Foi realizada a descrição do processo de financiamento agrícola, que tem seu início na verificação da demanda de recurso por parte do produtor rural, esta demanda é direcionada a instituição financeira que irá analisar a viabilidade do financiamento e direcionando a técnico agrícola ou agrônomo que fará o projeto, por fim após todas as etapas finalizadas e analisadas o recurso entra na conta do associado que irá comprar os insumos e gerencial o valor até a colheita do grão.

No decorrer da pesquisa, foi identificado que o PRONAF é o programa mais utilizado na região da quarta colônia, por se tratar de uma região de agricultura familiar, de pequenas e medias propriedades, os agricultores são enquadrados na modalidade de menor juros, isso reflete no período estudado onde observa-se elevação dos níveis de crédito agrícola, fazendo com que cada vez mais novas famílias procurem o recurso para subsidiar suas culturas. O destaque foi para a cidade de Nova Palma que demonstrou a maior demanda de recursos para custeios agrícola e também obteve o maior número de projetos financiados, notou-se que em todas as cidades estudadas, o principal foco foi o custeio agrícola, visto que as pessoas não se direcionaram para o financiamento pecuário, por não ser a principal atividade do grupo familiar.

No que tange a evolução do crédito atrelado ao crescimento do PIB, a pesquisa foi satisfatória, pois constatou-se que o meio rural afeta a receita da região e assim, dando a devida importância para este setor que movimenta bilhões em todos os estados. O estudo desenvolveu de forma clara e sucinta a forma de solicitação e procedimentos para concessão dos recursos.

Frente a todos os pontos estudados, destaca-se a dificuldade na obtenção de dados claros e concentrados em uma base única com períodos convergentes, como exemplo o PIB, onde não houve algum canal formado de dados disponibilizados comparado com o site do Banco Central do Brasil que disponibilizou de forma clara e ágil as informações de crédito rural, assim dificultando o processo de absorção de informações tendo que garimpar registros.

Recomenda-se para trabalhos futuros na área fazer estudo de outras regiões até mesmo comparações com outros estados, houve impacto positivo este trabalho onde foi possível agregar conhecimentos extras e particularidades de algumas cidades estudadas, o qual vai encontro ao público que nelas mora e seus costumes.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Manual do Crédito Rural – MCR**. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/mcr>>. Acesso em: 02 out. 2019.

BNDES. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**.

Disponível em:

<<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>>.

Acesso em: 05 out. 2019.

BRASIL. **Embrapa**. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>>. Acesso em: 02 out. 2019.

BRASIL. **Secretaria da Agricultura Familiar e Cooperativismo**.

Disponível em:

<<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar>>.

Acesso em 02 out. 2019.

BRESSER-PEREIRA L. C. **Desenvolvimento, Crescimento e Salário - EESP/FGV**, Texto para Discussão nº 169, São Paulo, 2008.

BOGDAN, R. S.; BIKEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. 12.ed. Porto: Porto, 2003.

CARVALHO, Fernando J. Cardim de. **Sistema financeiro, crescimento e inclusão**, in: CASTRO, Ana Célia;; LICHA, Antonio; Pinto Jr., Helder Queiroz & SABOIA, João (Orgs.) Brasil em desenvolvimento 1: economia, tecnologia e competitividade. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade rural: uma abordagem decisional**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

DIEESE. **Análise da evolução do crédito no período recente 2014 - 2017**. São Paulo, abr. 2018. (Nota Técnica, 193). Disponível em:

<<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2018/notaTecCredito2014a2017.pdf>>.

Acesso em 02 jun. 2020.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, Alfredo José. Migrações internas: Evoluções e desafios. **Estudos Avançados**. São Paulo, v.15, n.43, 2001.

HARROD, D.R. **An essay in dynamic theory**. Nº XLIX, março, 1939.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Portal Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 05 out. 2019

KROTH, D. C.; DIAS, J.; GIANNINI, F. A. **A importância do crédito agrícola e da educação na determinação do produto per capita rural**: um estudo dinâmico em painéis de dados dos municípios paranaenses. 2009.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LEVINE, R. Financial Development and Economic Growth: Views and Agenda. **Journal of Economic Literature**. Vol. XXXV, pp 688-726. 1997.

LUVIZOTTO, CK. **Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 93 p. I

MALUF, R. S. **Políticas agrícolas e de desenvolvimento rural e a segurança alimentar**. In: LEITE, S. (Org.). Políticas públicas e agricultura no Brasil. Porto Alegre: Editora da universidade/UFRGS, p. 145-168, 2001.

MANFIO, V. **A Quarta Colônia de imigração italiana**: uma paisagem cultural na região central do Rio Grande do Sul. *Revista Geografia Ensino & Pesquisa*, vol. 16, n. 2, 2012.

MANFIO, V.; BENADUCE, G. M. C. Quarta Colônia de Imigração Italiana/Rs: Uma Abordagem sobre a Cultura e Identidade. **Geosul**, Florianópolis, v.32, n.65, p. 260-273, 2017.

MATTEI, L. **Impactos do PRONAF**: análise de indicadores. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, núcleo de estudos agrários e Desenvolvimento Rural. Série Estudos NEAD: 11,136 p. 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

PRONAF 2002. **Relatório Institucional**. Publicação do ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília: MDA/SAF/PRONAF, 2002.

PORTAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Estimativa do produto interno bruto anual**. Disponível em: <<https://www.estado.rs.gov.br/upload/arquivos/tabela-pib-rs-valores.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2020

PRONAF 2017. **Plano Safra da Agricultura Familiar**: Fortalecer o campo para desenvolver o Brasil. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_1684/3Baixa_Cartilha_Plano_Safra_2017.pdf>. Acesso em: 25 set. 2019

REIS, S. S. Quarta Colônia: Aspectos de sua Identidade Cultural. **Boletim Gaúcho de Geografia**, 1998.

TERRITORIAL. **Boletim Gaúcho de Geografia**. Porto Alegre, n. 23, p. 97 - 104, março, 1998.

SANTOS, M. de O.; ZANINI, M. C. C. **Especificidades da Identidade de descendentes de italianos no sul do Brasil**: breve análise das regiões de Caxias do Sul e Santa Maria. Revista Antropolítica. Niterói, n. 27, p. 21-41, 2. sem. 2009.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria de desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. Tradução Maria Silvia Possas. São Paulo: Nova Cultura, 1997. (Os economistas).

SCHNEIDER, S. **Agricultura Familiar e industrialização**: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 205p., 1999. (Série Estudos Rurais).

Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão. **Nota Técnica n.o 19 11 de março de 2020**. Disponível em: <<https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/202003/11091205-nota-tecnica-pib-iv-2019.pdf>>. Acesso em 22 maio 2020.

SPOLADOR, H.F.S. **Reflexões sobre a experiência brasileira de financiamento da agricultura**. Dissertação de mestrado apresentada à Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/ USP). Dezembro de 2001.

TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico**: um século de imigração italiana. Trad. Maria Rosária Fabris e Eduardo Brandão. São Paulo: Nobel: Instituto Italiano di Cultura di San Paolo: Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1988. 574 p.

TAVARES, Maria da Conceição. **Ciclo e crise**: o movimento recente da industrialização. Rio de Janeiro, UFRJ. 1978.

WANDERLEY, Maria N. B. **O mundo rural como espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.